

-----ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS-----

-----COMISSÃO DE SAÚDE-----

-----REUNIÃO nº 3 /Ano 2018-----

Data 30/10/2018 -----

Hora de Início 18H15 /Fim 19H45

Presenças:-----

José Augusto Carvalho-----

Pedro Castelo-----

Rita Sammer -----

João Rodrigues-----

Rui Prudêncio-----

Sérgio Jacinto-----

Maria Teresa Oliveira-----

Assuntos tratados:-----

- 1- Aviso nº 10302-A/2018- Abertura de concurso público e Aviso nº 11652-A/2018- Lista Unitária de Ordenação Final -----
- 2- Quadro da UCSP de Torres Vedras-----
- 3- Quadros dos 55 ACES -----
- 4- Internato Médico-----
- 5- Súmula da reunião com o diretor do Aces Oeste Sul-----
- 6- Centro Hospitalar do Oeste EPE – Relatório da Comissão da Assembleia Municipal de Caldas da Rainha-----

Conclusões:-----

- 1- Análise do aviso de abertura de concurso público para a contratação de pessoal médico da área de Medicina Geral e Familiar- Aviso nº 10302-A/2018 de 30 de julho de 2018. Análise do aviso com a lista unitária de ordenação Final – Aviso 11652-A/2018 de 17 de agosto de 2018. A lista dá a conhecer o preenchimento de 378 postos de trabalho para médico de Medicina Geral e a Familiar, ordenando-os por ordem de classificação. Relativamente à lista de ordenação final, foram dados a conhecer alguns *e-mails* trocados entre o presidente da Assembleia Municipal, José Augusto Carvalho, e o vogal do conselho diretivo da ACSS, Dr. Pedro Alexandre. Nessa troca de correspondência questiona-se da publicação de uma lista de colocação. A esta questão, o Dr. Pedro Alexandre respondeu que tal publicação nunca acontece e que só há publicação em Diário da República de uma lista unitária por classificação e de uma lista de exclusões. José Augusto Carvalho partilhou do seu desacordo pessoal quanto a este método, do qual deu conta também a vogal do conselho diretivo da ACSS.--
- 2- Análise do quadro da USCP de Torres Vedras, enviado pelo Diretor do ACES Oeste Sul ao presidente da Câmara Municipal e por este encaminhado a esta comissão. O referido quadro faz-se acompanhar de um comentário escrito onde o Dr. António Martins prevê que com mais 4 ou 5 médicos a situação do concelho fica resolvida e que a 1 de outubro existiam cerca de 8000 utentes sem médico de família. O deputado Pedro Castelo não concorda que com mais 5 médicos o problema se resolva porque recorda que há médicos que vão para a reforma, outros de licença ou atestados. Por considerar a informação demasiado vaga, pediu que fossem solicitados os números detalhados dos médicos contratados mas que não estão em atividade e os que se pretendem reformar brevemente.-----
- 3- O núcleo de apoio à Assembleia Municipal recolheu do portal SNS Transparência dados dados referentes a 18/10/2018 e elaborou um quadro ordenado por posição em função do nº de utentes sem médico de família. Atualmente o ACES Oeste Sul encontra-se na 43ª posição da tabela, comparativamente com a posição 48ª em que se encontrava na tabela semelhante com dados de dezembro de 2017. Foram analisados os dados e as principais diferenças existentes entre o quadro anterior e o atual. A deputada Rita Sammer sugeriu a abertura de uma nova coluna no quadro de outubro de 2018, no qual se incluiria o número de vagas abertas pelo aviso nº 10302-A/2018, para cada um dos ACES o que permitiria uma análise interessante da distribuição das mesmas.-----
- 4- Foram distribuídos textos que permitem compreender o avanço da carreira médica e, em particularmente, a fase do internato. Dada a conhecer a lista definitiva de colocados relativa ao concurso de Internato Médico de 2018, pretende-se dela extrair o número de médicos da especialidade de Medicina Geral e Familiar e quais as

instituições onde foram colocados. Serão feitos esforços para exportar a lista para Excel de modo a facilitar a extração dos dados desejados.-----

- 5- O presidente da Assembleia Municipal, José Augusto Carvalho reuniu com o diretor do Aces Oeste Sul, Dr. António Martins, no passado dia 29/10/2018 e deu a conhecer que devido à falta de espaços físicos nas instalações do Centro de Saúde de Torres Vedras, há a intenção de transferir toda a parte administrativa para o edifício do antigo CAE Oeste. Mais deu a conhecer, através de uma súmula distribuída por todos, informações sobre: Projeto Saúde Oral; Projeto Cessação Tabágica; Rastreamento do colo do útero; Rastreamento Colon/Retal e Academia da Mobilidade.-----

No que diz respeito aos cheques-dentista, a deputada Rita Sammer pretende que se saiba de entre o universo de cheques atribuídos, quantos são posteriormente levantados no centro de saúde e desses quantos são efetivamente utilizados. Relativamente à hipótese de funcionamento do projeto de saúde oral em Torres Vedras, compreender quais seriam os custos de aquisição do equipamento necessário e, em função da falta de espaço, quando poderia ser liberta uma sala para o efeito com a saída da parte administrativa daquele edifício. O deputado Rui Prudência chamou a atenção para a recente pretensão do Governo de colocar um dentista em cada Centro de Saúde.-----

Sabe-se da existência de um protocolo entre a Câmara Municipal e uma Associação de dentista Pro bono a funcionar na Praça 25 de Abril. Importa pedir conhecimento desse protocolo, dos custos envolvidos e do relatório de atividade.-----

Relativamente ao rastreamento do colo do útero e do rastreamento do colon/retal importa perceber qual o critério de chamada dos doentes para a realização dos exames.-----

Quanto ao plano de ação entre o ACES Oeste Sul e a Câmara Municipal relativamente à Academia de Mobilidade, não foi possível a análise que se reagenda para reunião futura.-----

- 6- Sobre o CHO o deputado Rui Prudêncio disse ter tomado posse nova Administração, devido à alteração para Centro Hospitalar do Oeste, EPE, e por essa razão o anterior conselho consultivo cessou funções e será necessária nova eleição. Sugeriu ainda um pedido de reunião com a nova administração do Hospital sugerindo que a mesma se realize nas instalações do Hospital de Torres Vedras.-----

Sobre o relatório da comissão especial do Hospital, criada na pela Assembleia Municipal de Caldas da Rainha, o presidente da Assembleia Municipal de Torres Vedras, José Augusto Carvalho, sinalizou os aspetos importantes que foram analisados. Dessa análise destaca-se que a farmácia hospitalar deixou de existir em Torres Vedras por não garantir os parâmetros de certificação do INFARMED. Há data não existe farmácia hospitalar nem em Torres Vedras e nem nas Caldas da Rainha. Sobre este tema a deputada Rita Sammer disse que gostaria de esclarecer a informação dada pelo presidente da Câmara municipal sobre a informação que este teria recebido por parte do Governo Central para a passagem da referida farmácia para Calas da rainha, o que não se concretizou.-----

Por último, relativamente ao entendimento dos autarcas do Oeste para um novo hospital, o deputado Rui Prudêncio partilhou com os presentes ter conhecimento de que a *OesteCIM* encomendou um estudo sobre a localização. A realizar-se será um hospital de substituição face ao existente e não de complementaridade e terá um prazo estimado de construção entre os 20 e os 25 anos.-----

O relatório em análise aborda e defende a criação transitória de Unidades Locais de Saúde. Esta proposta de solução foi criticada pelo deputado Rui Prudêncio que diz que a criação de 2 ULS implicaria a perda de escala e de argumentos para a urgência na construção de um novo hospital.-----

a)

